29/11/2021 13:34 Fonte Segura

▲ MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA

## PEC da segunda instância deve ser prioridade do Legislativo no semestre

Expectativa é que a proposta seja aprovada até o final março na comissão especial para ser encaminhada ao plenário da Câmara

Com o fim do recesso do Congresso Nacional, há a expectativa de que a proposta de emenda à Constituição (PEC) 199/2019 avance ainda no primeiro semestre na Câmara dos Deputados. De autoria do deputado Alex Manente (Cidadania/SP), a proposta foi apresentada no final do ano passado para definir que o trânsito em julgado de uma ação penal se dê no julgamento em segunda instância. Com essa alteração, a proposta permitirá a prisão de pessoas condenadas após o julgamento em segunda instância.

A PEC 199/2019 é analisada por uma comissão especial na Câmara dos Deputados, composta por 34 deputados membros titulares e presidida pelo deputado Marcelo Ramos (PL/AM). Na comissão, a PEC será relatada pelo deputado Fábio Trad (PSD/MS). De acordo com o presidente do colegiado, a proposta deve ser aprovada até o final março na comissão para ser encaminhada ao plenário ainda no primeiro semestre.

No entanto, para ser promulgada, a PEC ainda tem um longo caminho a percorrer no Congresso Nacional: após a aprovação da comissão especial, ela precisa ser aprovada em dois turnos de votação no plenário da Câmara. Só depois disso será remetida à análise dos senadores. No Senado, ela precisa ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e também em dois turnos no plenário.

Há ainda outro desafio: conseguir o apoio de um quórum mais elevado de parlamentares. Por se tratar de uma mudança na Constituição Federal, para ser aprovada, a PEC precisa ser chancelada por 308 deputados e por 49 senadores nos dois turnos de votação nos plenários.

Em paralelo à discussão na Câmara, os senadores debatem o mesmo assunto por meio do projeto de lei (PLS) 166/2018. O PLS faz alterações ao Código de Processo Penal (CPP) para determinar que a prisão da autoridade judiciária ocorra a partir da condenação em segundo grau. O projeto está pronto para ser votado pelo plenário do Senado desde dezembro do ano passado.

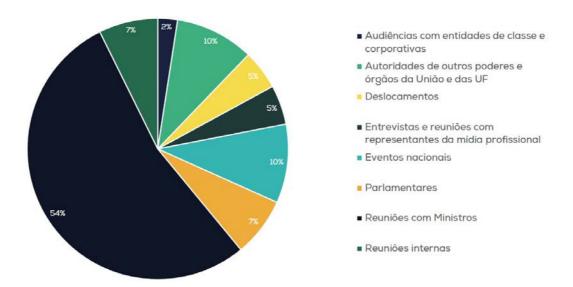
Contudo, pelo acordo realizado pelos presidentes da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), e do Senado, senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), no final do ano passado, a proposta da Câmara é a que deve avançar. O principal argumento defendido por eles é que a proposta traria mais segurança jurídica por fazer uma alteração na Constituição.

## Executivo

Na semana passada, o governo do presidente Jair Bolsonaro enviou sua primeira Mensagem ao Congresso Nacional. O documento traz uma prestação de contas das iniciativas realizadas pelo governo em 2019 e faz considerações sobre as expectativas para 2020 - o editorial do *Fonte Segura* trata do assunto nessa edição.

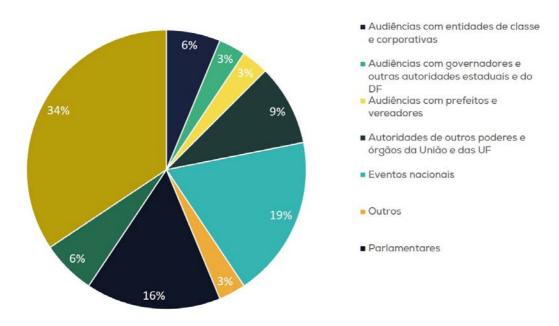
29/11/2021 13:34 Fonte Segura

## Agenda oficial do Presidente da República, entre 03/02 e 09/02



Já o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, teve agenda dedicada a despachos internos, enquanto o diretor-geral do Departamento Penitenciário presidiu a primeira reunião ordinária de 2020 do Conselho de Secretários de Justiça e Dirigentes da Administração Penitenciária dos Estados (CONSEJ). Na sequencia, Fabiano Bordignon, presidiu a reunião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Bordignon também recebeu o Secretário de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba, Sérgio Fonseca. A SENASP não divulgou a agenda do secretário.

## Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 03/02 e 09/02



O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as seguintes agendas:

- Presidente da República;
- Vice-presidente da República;
- Ministro da Casa Civil;
- Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;
- Ministro da Secretaria de Governo;
- Ministro da Justiça e Segurança Pública;

29/11/2021 13:34 Fonte Segura

- Secretário Nacional da Segurança Pública;
- · Secretário Nacional da Justiça;
- Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;
- Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- Procuradora-Geral da República;
- Presidente da Câmara dos Deputados;
- Presidente do Senado Federal.

https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559 rvalue for the control of th

